



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA PESQUISA SOCIAL: OLHARES A PARTIR DE UMA OFICINA TEMÁTICA SOBRE MAPAS MENTAIS

Francisco Dornelles Fernandes da Silva ¹
Antonio Celso Serique de Castro Filho ²
Amanda Christinne Nascimento Marques ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre abordagens da Cartografia Social como ferramenta metodológica para análise em pesquisas sociais, notadamente em territórios tradicionais. Desse modo, buscamos compreender os Mapas Mentais como possibilidade de reflexão nos estudos das dinâmicas sociais e territoriais por intermédio da experiência prática em uma oficina coletiva. De forma específica, analisamos o desenvolvimento e os resultados de mapas mentais produzidos durante o “*II Seminário Temático: Procedimentos Metodológicos na Pesquisa Social*” vinculado ao Projeto Universal/CNPq, intitulado: “*Trilhas de pesquisas em comunidades quilombolas: troca de saberes e análise de políticas públicas nos territórios rurais e da cidadania da Mata Sul e do Piemonte da Borborema, Paraíba – Brasil*”. Metodologicamente, nos amparamos na pesquisa qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico em acervos pessoais e àqueles disponibilizados pelo grupo de pesquisa GESTAR: território, trabalho e cidadania/CNPq. Como contribuição teórica nos baseamos em autores como: Acselrad e Viégas (2013), Haesbaert (2024), Raffestin (1993), Saquet (2024), Bauman (2021), Almeida (2018), Claval (2020), Kozel (2013, 2018) e Marques (2020). A partir desses autores, refletimos e consideramos a relevância do uso de Mapas Mentais em pesquisas sociais, tendo em vista que através da construção coletiva de desenhos acerca dos lugares, paisagens, territórios e identidades, foi possível compreender e analisar as singularidades expressas na composição das memórias individuais e coletivas dos sujeitos.

Palavras-chave: Cartografia Social, Mapas Mentais, Pesquisa Social, Lugar, Território.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los enfoques de la Cartografía Social como herramienta metodológica para el análisis en la investigación social, especialmente en los territorios tradicionales. De esta manera, buscamos entender los Mapas Mentales como una posibilidad de reflexión en los estudios de dinámicas sociales y territoriales a través de la experiencia práctica en un taller colectivo. Específicamente, analizamos el desarrollo y los resultados de los mapas mentales producidos durante el “II Seminario Temático:

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba – PPGG/CCEN/UFPB; Estudante do Grupo de Pesquisa GESTAR (UFPB/CNPq), dornelles_geo25@hotmail.com;

² Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba – PPGG/CCEN/UFPB; Estudante do Grupo de Pesquisa GESTAR (UFPB/CNPq), celsoserique@hotmail.com;

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – PPGG/CCEN/UFPB; Coordenadora do Grupo de Pesquisa GESTAR (UFPB/CNPq), amandamarques.geografia@gmail.com;



Procedimientos Metodológicos en Investigación Social" vinculado al Proyecto Universal/CNPq, titulado: "Rutas de investigación en comunidades quilombolas: intercambio de conocimientos y análisis de políticas públicas en territorios rurales y ciudadanía de Mata Sul y Piemonte da Borborema, Paraíba – Brasil". Metodológicamente, nos basamos en una investigación cualitativa, basada en una encuesta bibliográfica en colecciones personales y en las puestas a disposición por el grupo de investigación GESTAR: territorio, trabajo y ciudadanía/CNPq. Como contribución teórica, nos basamos en autores como: Acseirad y Viégas (2013), Haesbaert (2024), Raffestin (1993), Saquet (2024), Bauman (2021), Almeida (2018), Claval (2020), Kozel (2013, 2020) y Marques (2020). A partir de estos autores, reflexionamos y consideramos la relevancia del uso de los Mapas Mentales en la investigación social, considerando que a través de la construcción colectiva de dibujos sobre lugares, paisajes, territorios e identidades, fue posible comprender y analizar las singularidades expresadas en la composición de las memorias individuales y colectivas de los sujetos.

Palabras clave: Cartografía social, mapas mentales, investigación social, lugar, territorio.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, abrimos espaço para destacar que este trabalho surge em consequência de estudos e discussões oriundos do Grupo de Pesquisa Gestar – Território, Trabalho e Cidadania, vinculado ao Departamento de Geociências e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com colaboração de pesquisadores que compõe outras instituições de ensino superior⁴ e programas de Pós-Graduação⁵. O Gestar tem atuado na formação de jovens pesquisadores através de atividades de pesquisa e extensão, no qual, é abordado questões étnicas de povos tradicionais e seus territórios.

É nesse sentido, que surge o Projeto Universal intitulado "*Trilhas de pesquisas em comunidades quilombolas: troca de saberes e análise de políticas públicas nos territórios rurais e da cidadania da Mata Sul e do Piemonte da Borborema, Paraíba – Brasil*", e vinculado ao próprio grupo de pesquisa e ao departamento em que atua, bem como financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tendo como centralidade a questão étnica quilombola, este projeto está desenvolvendo estudos em comunidades localizadas no Estado da Paraíba, notadamente, nas regiões da Mata Sul Paraibana e Piemonte da Borborema. Seu objetivo busca a promoção de um diálogo de conhecimentos e saberes com essas comunidades quilombolas dos territórios rurais e da cidadania, considerando as suas demandas e as práticas coletivas exercidas no território. Essa construção de pesquisa se

⁴ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁵ Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (UFPB) e Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO/UFC).



faz a partir da necessidade de ações que problematizem o lugar dos grupos e de populações específicas no usufruto de políticas públicas viabilizadas pelo Estado.

Dessa forma, este projeto iniciado⁶ no primeiro semestre de 2024, realizou atividades no que tange o aprofundamento teórico metodológico da pesquisa social, sendo feitas leituras críticas e reflexivas, discussão de conceitos e sobre os povos tradicionais (em especial populações quilombolas), reuniões em grupos de estudos focais, orientações com os professores do grupo de pesquisa enquanto estudantes, bem como o desenvolvimento de Seminários Temáticos aberto para o público acadêmico, mas com o enfoque no projeto em si e nas temáticas de pesquisa desenvolvida pelo grupo.

A atividade que possibilita a reflexão e construção deste artigo, foi o “*II Seminário Temático: Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Social*”, que pautou temáticas acerca de abordagens teóricas-metodológicas de pesquisas realizadas no campo das ciências humanas, notadamente de experiências em trabalhos na Geografia que versam sobre povos e comunidades tradicionais. Em dois dias de evento, o propósito central foi discutir os métodos empregados na pesquisa social, da mesma forma, o destaque para a investigação das práticas utilizadas para compreender esses territórios e no delineamento de estratégias para a realização das pesquisas.

Com a orientação da palestrante⁷ responsável pela atividade, realizamos a confecção e discussão acerca dos elementos metodológicos da pesquisa social e na construção de mapas mentais e seu diálogo com a memória, os lugares, as identidades e os territórios de cada participante. Após a oficina, em discussões e debates enquanto grupo de pesquisa, entendemos a importância e a necessidade do diálogo e desenvolvimento de estudos acerca dos mapas mentais como elemento de construção da Cartografia Social, pensando não somente o aperfeiçoamento dos campos do Projeto Universal, mas também nas contribuições metodológicas e científicas para pesquisas sociais construídas na Pós-Graduação.

Nessa articulação entre prática e teoria, entendemos que a abordagem da cartografia social têm sido relevante para a representação cultural, política, econômica e social na ilustração ou fixação de um espaço ou território de grupos sociais. Sua acepção, segundo Acselrad e Viégas (2013), confere um processo de informação cartográfica importante para viabilizar, em muitos casos, ações políticas de comunidades subalternizadas, servindo para identificar as territorialidades, as representações e as práticas socioespaciais que amplificam a pauta de reivindicações e direitos sociais. Para além do âmbito político e jurídico, o uso da cartografia

⁶ O Projeto está vigente até Fevereiro de 2027.

⁷ Tivemos como palestrante convidada deste seminário a Professora Doutora Maria Augusta Mundim Vargas, docente da Universidade Federal de Sergipe.



social também auxilia para ampliar os conhecimentos culturais, simbólicos e do aspecto território-memória, que geralmente vêm se tornando usuais em comunidades tradicionais no Brasil.

Sendo assim, buscamos neste trabalho refletir sobre o uso metodológico e teórico dos Mapas Mentais enquanto ferramenta analítica para a pesquisa social em comunidades quilombolas. Partimos do pressuposto de que este instrumento metodológico é fundamental para compreender o espaço vivido de diferentes territórios e organizações sociais. Desse modo, a experiência individual e coletiva dos sujeitos acerca da construção dos mapas mentais dialoga para a apreensão dos elementos identitários de cada indivíduo e de seu território de vivência.

Dessa forma, consideramos que o uso de diferentes linguagens para a análise socioespacial, a exemplo dos mapas mentais, contribui para compreender a multidimensionalidade dos territórios tradicionais. Diante disso, Acselrad e Viégas (2013, p. 17) ainda destaca que a cartografia social também reporta discussões epistemológicas no qual evidencia territorialidades, suas representações sociais e políticas por meio das técnicas convencionais da cartografia.

Para isso, pretendemos construir essas reflexões teóricas-metodológicas em uma relação com as imersões acerca da elaboração de mapas mentais. Para além do objetivo da oficina, entendemos que seus resultados práticos permitirão uma discussão acerca da própria experiência da atividade, como também, sobre a importância cultural, social, política e filosófica explícita nos desenhos dos mapas individuais.

Com isso, destinamos nossa primeira discussão para traçar reflexões acerca dos mapas mentais, dialogando com autores que abordam a importância dessa metodologia, seus elementos, seus desafios e principalmente sua contribuição para os estudos de territórios tradicionais na pesquisa social. Logo depois, abordaremos de forma descritiva e reflexiva, as experiências e construções geográficas das oficinas de mapas mentais, entendendo essa prática como ferramenta de discussão da memória, da identidade territorial, do lugar e do espaço de vivência.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se desenvolve no campo da Geografia Cultural, fazendo uma leitura dos territórios e os lugares de vivência a partir da compreensão da memória, identidade e das práticas sociais para compreender a multidimensionalidade do vivido. Desse modo, o estudo se dá a partir do levantamento bibliográfico nas plataformas SciELO Brasil, Periódicos Capes e



Redalyc, como também, através de livros, artigos, teses e dissertações levantados nos acervos pessoais e públicos dos Programas de Pós-graduação em Geografia e do grupo de pesquisa GESTAR: território, trabalho e cidadania/CNPq. Em relação aos mapas mentais que são atribuídos neste texto, os materiais estão incluídos como elementos de produção documental, sendo resultado de oficina realizada pelo grupo de pesquisa, como apresentado anteriormente.

Embasamos a discussão teórica desta pesquisa adotando conceitos chaves para a análise cartográfica e fenomenológica acerca dos mapas mentais, tendo como base, a abordagem da Cartografia Social. Dessa forma, elegemos categorias e conceitos da Geografia e das ciências sociais como, identidade territorial, lugar, espaço e memória, que permitem esmiuçar os elementos apresentados, tanto no quesito geral da oficina, como também acerca dos mapas mentais produzidos. Nesse sentido, a literatura de base possibilitou compreender que o território é mais do que uma delimitação física é uma construção simbólica que retratam experiências, narrativas e resistências de grupos sociais diversos, em especial povos e comunidades tradicionais.

Nesse contexto, o referencial teórico dialoga com as abordagens da cartografia social, entendida como um instrumento metodológico que vai além da representação técnica do espaço, pois retratam as dimensões simbólicas e experienciadas pelos sujeitos. Desse modo, atua como elemento de escuta e expressão individual e/ou coletiva em que sujeitos revelam suas percepções sobre o mundo. A memória e a identidade, demonstram como elementos de pertencimento, pois através do espaço é narrado, sentido, experienciado e reinventado. Assim, a pesquisa se coloca como um suporte de construção conjunta de conhecimento, em que a voz das comunidades se torna parte do processo investigativo e não mero objeto de análise.

A pesquisa do tipo qualitativa sustentada na análise interpretativa e na valorização das vozes dos sujeitos participantes da oficina e das diferentes rugosidades e singularidades expressas em cada elemento cartográfico. Portanto, para alinhar esses conceitos chaves com a análise dos mapas mentais em uma perspectiva teórica da cartografia social, adotamos a abordagem qualitativa, visando compreender os elementos e os fenômenos representados nos materiais produzidos.

Paulilo (1999) salienta que o uso de um olhar qualitativo, permite absorver os múltiplos sentidos do objeto analisado, como os hábitos, valores, crenças, atitudes, representações e opiniões de um indivíduo e/ou grupos de pessoas. Em conformidade com Paulilo (1999), Creswell, (2014) destaca que os pesquisadores qualitativos usam na coleta de dados as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura. Para Almeida (2020), a pesquisa



fenomenológica qualitativa trabalha com diferentes tipos de dados que exploram situações do dia a dia, ajudando a entender os significados e simbolismos que fazem parte da vida das pessoas. Assim, essa abordagem incentiva uma reflexão mais aprofundada sobre o mundo e a sociedade.

Vale ressaltar, que os dados primários coletados durante a oficina e elaboração de mapas mentais possibilitaram a imersão nas informações obtidas através da memória que retratam elementos identitários e as multidimensionalidade dos territórios dos sujeitos participantes. Destarte, que os mapas mentais surgem como um instrumento de representação e leitura da dimensão cultural do espaço, nos quais através da subjetividade e da afetividade os participantes retratam através dos traçados, cores e historiografias modos de como se estabelecem, reconhecem e se situam em seu lugar, ou seja, no seu espaço vivido.

As oficinas tornam-se um elemento de partilhas, no qual o compartilhamento de memórias, práticas e sentidos são atribuídos ao espaço vivido. A partir das análises das cartografias dos espaços de vivências percebe-se as múltiplas territorialidades que se materializam para além do campo afetivo, no qual a objetividade e a subjetividade estão articuladas, assim, produzindo novos sentidos e valores ao espaço. Contudo, a Cartografia Social está vinculada a pesquisa qualitativa, pois permite identificar e dar voz as experiências que se materializam no espaço, reafirmando a importância da abordagem cultural na compreensão experiências e construção dos espaços.

REFERENCIAL TEÓRICO

A cartografia passa por profundas ressignificações a partir do momento em que metodologias como os mapas mentais e a cartografia social são incorporados ao fazer científico. Indubitavelmente, essas ferramentas se apresentam não apenas como técnicas de representação espacial, mas como formas de interpretar e dar visibilidade às dimensões culturais, simbólicas, políticas e territoriais. Desse modo, compreender seu papel nas Ciências Humanas, sobretudo na Geografia, é reconhecer que os territórios não podem ser reduzidos a meros recortes físicos, mas que se constituem a partir das vivências, das memórias e das práticas individuais e coletivas que se materializam cotidianamente, principalmente aqueles que historicamente foram/são marginalizados, como povos e comunidades tradicionais.

Nesse aspecto que Acselrad e Viégas (2013) acentua que as novas formas de cartografar o espaço, a exemplo das abordagens de mapeamento da cartografia social, é um caminho em que o pesquisador/geógrafo se desvincula dos processos cartográficos territoriais hegemônicos,



sistematizando não somente uma paisagem “quantitativizada”, mas as dimensões de vida dos sujeitos e do próprio espaço.

As experiências de cartografia social formam um campo em constante construção que vem, nos últimos quinze anos, promovendo a relativização do sentido oficial de se construir mapas e contribuindo para a ressemantização do termo “cartografia” atualmente em jogo. Tais experiências revelam situações em que o Estado percebe que não é mais o único a produzir mapas e evidenciam a perda de sua hegemonia e de seu monopólio do ato de cartografar. Elas revelam ainda um processo mais amplo de perda do monopólio do Estado de definir o que vem a ser a categoria Nação [...] (Acselrad e Viégas, 2013, p. 16).

A cartografia social, por sua vez, introduz um caráter coletivo e individual no processo de mapeamento. Trata-se de uma prática em que os sujeitos participam ativamente da representação de seus territórios, definindo os elementos que consideram relevantes e o modo como devem ser representados. Nesse contexto, o mapa não é produto exclusivo do pesquisador, mas uma construção coletiva, resultado de diálogos entre diferentes membros de uma comunidade. Assim, a cartografia social rompe com a visão hierarquizada do conhecimento geográfico, na qual apenas especialistas detêm a autoridade sobre o território, valorizando os saberes locais como elementos legítimos e necessários que revelam elementos dos espaços de vivência desses indivíduos. “Criamos um cosmo de lembranças, de momentos de silêncio (produção de sentimentos) e diálogos coletivos (re-produção das experiências e vivências dos lugares)” (Marques, 2020, p. 62).

Claval (2020) nos mostra caminhos para adotar a representação dos indivíduos como articulação para a construção de uma cartografia social dos espaços de experiências socioculturais. Para o autor, essas representações são de dois tipos: por meio de mapas mentais e do imaginário.

No âmbito dos mapas mentais, temos o protagonismo no desenvolvimento dessa metodologia por Salete Kozel⁸ (2018, p. 41), que salienta que para compreender as representações sob essa perspectiva, é preciso considerar e valorizar as singularidades e particularidades do mundo vivido, ou seja, tanto a dimensão material e imaterial do espaço. Para isso, Claval (2020) ressalta que:

O meio essencial para conhecer os mapas mentais é pedir às pessoas objetos do estudo que desenhem a imagem que elas têm do seu ambiente. O geógrafo

⁸ Paul Claval (2020) ao discutir sobre o uso dos mapas mentais na abordagem cultural, destaca a relevância de Salete Kozel nos estudos acerca dos Mapas Mentais.



não é mais quem desenha mapas, mas aquele que interpreta os mapas que outros produziram. A tarefa é difícil já que, como acabamos de recordar, o dispositivo mental dos entrevistados não é idêntico; ele varia de acordo com a idade, educação recebida e profissão. Isso ocorre porque os elementos memorizados não são os mesmos de um indivíduo para outro – aí reside o interesse essencial do exercício, o que o torna, no entanto, em algo delicado (Claval, 2020, p. 337).

Ainda em conformidade com Paul Claval (2020), Kozel (2013, p.15) também destaca que “as representações propiciam a revelação dos arranjos socioespaciais estabelecidos e nesse aspecto os mapas mentais são considerados como enunciados que refletem o dialogismo estabelecido entre os sujeitos em sua característica eminentemente social e cultural”.

Os mapas mentais, nesse contexto, revelam a subjetividade da experiência espacial. Quando uma comunidade tradicional desenha o território em que vive, não se trata apenas de indicar rios, matas, plantações e/ou moradias, mas de registrar símbolos, afetos e histórias que sustentam seu espaço e suas relações afetivas, ou seja, o mapa mental é uma percepção para além dos elementos concretos, passando a dimensionar os elementos socioculturais. Assim sendo, o pesquisador que utiliza essa ferramenta não coleta apenas informações cartográficas, mas acessa uma dimensão da identidade e da memória em que outras metodologias não ficassem tão perceptíveis, como é discutido por Acselrad e Viégas (2013):

Na elaboração do mapa, o reconhecimento do saber tradicional nem sempre é evidente. É a partir do diálogo de saberes que o conhecimento local pode se expressar. A interação entre sujeitos com conhecimento técnico e sujeitos com conhecimento tradicional deve ser objeto de reflexão por parte dos pesquisadores do processo cartográfico e seus métodos, de modo a se alcançar o diálogo entre técnicas e saberes e evitar a imposição de um sobre o outro, ou ainda que se excluam mutuamente (Acselrad e Viégas, 2013, p. 21).

Esse olhar metodológico acerca do saber tradicional inseridos nos mapas mentais, são analisados, segundo Almeida (2018), a partir da própria interpretação e representação dos elementos desenhados e/ou cartografados. Como destacado anteriormente, é no momento de representação da memória, dos lugares ou dos territórios e indivíduos, que ocorre o diálogo entre técnicas e saberes que se relacionam e propiciam um objeto de análise, isto é, a articulação entre interpretar e representar.

De um lado ocorre a busca por interpretar a forma dos símbolos, os elementos na imagem e as particularidades dos ícones, cabendo ao pesquisador observar e cartografar. Do outro, assim como salientado por Almeida (2018, p. 56), na representação “[...] verificam-se:



os elementos da paisagem natural; os elementos da paisagem construída; os elementos móveis; os elementos humanos, assim como a apresentação de outros aspectos ou particularidades”.

Por isso, que para Kozel (2013, p. 15) as representações que advêm do simbólico, perpassam por construções mentais decorrentes da apreensão de significados, que raramente são revelados pela razão. Dessa forma, entendemos que a cartografia presente nos desenhos e diálogo entre indivíduo e prática cartográfica, denota uma expressão mental do entendimento e experiência dos sujeitos que explanam sua visão de mundo, seja ela por uma alegria, uma lembrança, uma tristeza, um sentimento de pertencimento, um trauma entre outros.

As pessoas constroem sentido sobre determinados espaços ou coisas não somente pela atividade consciente de pensamento teórico, mas, sobretudo, pelo conhecimento intuitivo, que percorre suas expressões. Desse modo, seus sentidos expressam o cultural e o social, produtos do entendimento sobre o espaço vivido, percebido, sentido, amado ou rejeitado (Kozel, 2013, p. 15).

Outro aspecto que caracteriza a elaboração de mapas mentais por sujeitos pesquisados, é que os elementos, as representações, os sentidos e as visões de espaço desenhados, não demonstram apenas um simbolismo cartografado em uma folha de papel ou cartolina. Essas expressões são formas de dialogar com o externo (o pesquisador) e com o coletivo (a comunidade, as pessoas etc). O que queremos salientar, é que os Mapas Mentais é mais uma ferramenta em que o sujeito concebe um espaço de fala, um momento de diálogo sobre seus discursos, um desabafo ou um “grito” de liberdade – a exemplo das comunidades tradicionais em conflitos - sobre as experiências de sua vida. Nesse diálogo, sempre há a relação na “balança” entre a cultura do sujeito e a trajetória social nos seus caminhos territoriais.

Por esse motivo, o processo de desenvolvimento de Mapas Mentais são desprovidos de preconceitos, de análises acadêmicas e de instruções artísticas, pois ele deve conceber um saber tradicional, uma história e falar aquilo que os sujeitos guardam em sua herança mental e concreta. Assim sendo, é tão importante que sejam valorizado as falas dos sujeitos, bem como suas representações cartografadas.

Ao elaborar Mapas Mentais, o “discurso dos outros” é resgatado pelos sujeitos por meio das representações, do simbólico, permeado pelo cultural e pelo social, evidenciando o imprint cultural e os valores intermediados pelos discursos que são produzidos em relação ao ambiente no qual vivem. Dessa forma, ao interpretar os Mapas Mentais é oportuno se distanciar das categorias acadêmicas e artísticas, para interpretá-los como um enunciado, um texto, uma forma de comunicação (Kozel, 2018, p. 62).



Há ainda que destacar, que os Mapas Mentais não se trata apenas de uma questão metodológica quando articulamos com a cartografia social. Essa metodologia são diálogos que carregam uma dimensão política, pois os territórios de povos e comunidades tradicionais são frequentemente espaços de disputa. A partir disso, mapas produzidos de forma coletiva podem se transformar em instrumentos estratégicos de luta, servindo como documentos de reivindicação e defesa de direitos territoriais. Nesse sentido, eles se tornam meios de resistência e afirmação social, como destaca Acselrad e Viégas (2013):

Tal processo representa um momento político, onde é possível fortalecer as discussões entre os grupos sociais e suas demandas; é um momento de diálogo entre esses grupos e outras instituições que possui um alto teor pedagógico, no instante em que há uma troca de informações tanto sobre a cartografia quanto sobre as questões relacionadas ao que está sendo mapeado (Acselrad e Viégas, 2013, p. 24).

No Brasil, os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco, quebradores de castanha, sitiantes e pescadores compartilham uma relação com o território que não se enquadra em determinados parâmetros que o Estado impõe. Desse modo, quando o pesquisador utiliza metodologias como os Mapas Mentais, ele abre espaço para que esses grupos expressem suas próprias identidades com o espaço de vida, que muitas vezes são restringidos. Sendo assim, essa prática valoriza a pluralidade desses povos e comunidades tradicionais no território brasileiro e reforça a legitimidade de seus modos de vida que, historicamente, foram/são silenciados.

Na Paraíba, comunidades tradicionais, em especial comunidades/povos quilombolas e indígenas, vivenciam cotidianamente disputas por terra, acesso a recursos e reconhecimento cultural. Entretanto, grande parte dessas comunidades ainda não teve processos de titulação de seus territórios concluídos, assim, deixando-os cada vez mais vulneráveis.

A cartografia social, nesse cenário, tem se mostrado um recurso que permite registrar os usos e ocupações desses territórios que foram tradicionalmente ocupados, indicando os locais sagrados, as áreas de cultivo e de colheita, bem como trajetos e práticas culturais que não são evidenciados em mapas oficiais. Assim sendo, a cartografia social através do uso dos mapas mentais revelam evidências dos processos de uso e ocupação dos sujeitos dessas comunidades. Cabe aqui destacar o trabalho de Marques (2020), no livro *“A Geografia dos Povos Tradicionais Vol. II”*, onde o uso da Cartografia Social revela que:



[...] a ocupação tradicional no território tanto indígena quanto quilombola não está circunscrita única e exclusivamente nas ocupações permanentes e históricas do território, tendo em vista que estes lugares comportam elementos materiais, mas também imateriais, e que fazem parte da memória social do grupo que, embora tenha passado por um processo de desterritorialização, guardam em suas lembranças, e até práticas de permanência no território, suas materialidades (Marques, 2020, p. 66).

Acselrad e Viégas (2013, p. 28), também demonstra que a produção de mapas envolve relações de poder, seja ela político, econômico, social, cultural ou territorial. Essas relações se complementam, mas assumem dimensões distintas, interna ao grupo social que refletem seus conflitos, contradições, reivindicações ou visão de espaço-tempo e externamente, quando a luta e concorrência dos grupos sociais “cartografantes”, dimensiona essas relações com o outro.

A produção do mapa evidencia também relações de poder mais amplas, que se encontram inscritas nas normas, regras, padrões de conduta e sociabilidade existentes na sociedade a partir do momento em que essa produção envolve a afirmação e busca de reconhecimento de diversos tipos de identidades raciais, estilos de vida, orientações sexuais, crenças religiosas etc. A cartografia social, nesse aspecto, faz parte de um processo de luta contra preconceitos étnicos, raciais, religiosos, contra a xenofobia e estigmas sociais e diz respeito à reivindicação de direitos, serviços e acesso a espaços públicos para os grupos sociais “cartografantes” e suas práticas (Acselrad e Viégas, 2013, p. 30).

Outro ponto importante é que tanto os mapas mentais quanto a cartografia social carregam intencionalidades, nesse sentido, esses métodos evidenciam que a representação do território é também um ato político, ou seja, ao escolher o que registrar em um mapa, a comunidade reafirma sua visão de mundo, seus valores e suas prioridades. A partir disso, a Geografia ganha um papel central como ciência capaz de articular diferentes linguagens e produzir análises que reconhecem a diversidade dos territórios e das territorialidades.

Nesse aspecto, Haesbaert (2024) e Raffestin (1993) contribuem fortemente quando destacado as dimensões das multiterritorialidades, e com isso, no momento em que é articulado nos mapas mentais, conseguimos observar as territorialidades cartografadas por grupos sociais. Para Raffestin (1993), a territorialidade está circunscrita na multidimensionalidade do “vivido” territorial, ou seja, o território possui um valor particular para os indivíduos, seja simbolicamente ou na própria ocupação e uso, caracterizando uma forma de poder. Haesbaert (2024, p. 73-74), concordando com Raffestin (2013), denota que a territorialidade é utilizada para enfatizar as questões de ordem simbólica-cultural.

A Cartografia Social, nesse contexto, serve também para realçar as dimensões territoriais presentes no espaço-tempo dos grupos sociais que cartografam – a exemplo dos



Mapas Mentais – seus caminhos territoriais e as experiências materiais e simbólicas presentes no lugar de vida, na moradia, no trabalho, na comunidade e entre outros.

Portanto, o uso dessas metodologias não deve ser entendido apenas como recurso técnico de coleta de dados, mas como prática epistemológica que reposiciona o lugar daqueles sujeitos na produção do conhecimento e de seu espaço de vida. Diante disso, ressaltamos que os mapas produzidos não são apenas registros espaciais, mas também história de vida. O rio desenhado é um espaço de relações sociais, mas também a fonte de alimentos e lazer; o território de uma residência é uma base da identidade coletiva de uma família; a floresta desenhada um espaço de ancestralidade e assim por diante.

Assim, o mapa mental apresenta múltiplas dimensões, unindo tanto os espaços físicos, quanto os elementos subjetivos em um mesmo material cartográfico. São esses elementos, que para a Geografia e a abordagem cultural, atravessam os aspectos epistemológicos das categorias/conceitos e passam a constituir uma Cartografia que dialoga com as experiências socioculturais dos territórios polissêmicos. Em vista disso, apresentaremos no próximo tópico, resultados dessa oficina, demonstrando que a discussão acerca dos Mapas Mentais caminham com os olhares metodológicos salientados, a exemplo da Kozel (2013, 2018), Almeida (2013), Acselrad e Viégas (2013), Claval (2020) e Marques (2020), que buscam um sentido trinomial entre memória-identidade-cultura na Cartografia Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina intitulada “*Caminhos da Investigação Social: Da teoria à prática*”, realizada no segundo semestre de 2024, integrou a programação do “*II Seminário Temático: Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Social*”, promovido pelo Grupo de Pesquisa GESTAR: Território, Trabalho e Cidadania e proporcionada pela Professora Doutora Maria Augusta Mundim Vargas. A oficina teve como foco principal a reflexão sobre a Cartografia Social enquanto instrumento teórico-metodológico na pesquisa social, destacando sua relevância na compreensão dos territórios de povos e comunidades tradicionais, em especial comunidades quilombolas (Figura 02).

Figura 2 - II Seminário Temático: Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Social

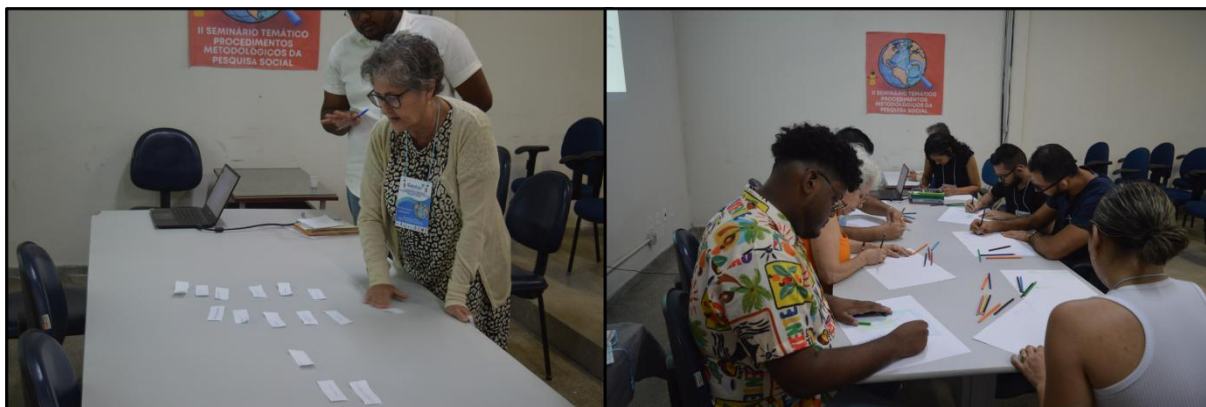


Fonte: Acervo do Projeto Universal, 2024.

A atividade foi conduzida por uma especialista na temática da Cartografia Social, reconhecida por suas contribuições nas discussões sobre território, identidade, memória e no âmbito da Geografia Cultural. A oficina teve início com uma discussão sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos da Cartografia Social, situando-a como uma metodologia sensível às experiências humanas e às dimensões simbólicas do espaço. Nesse primeiro momento, discutiu-se a importância do território para valorização dos saberes locais e das memórias individuais e/ou coletivas, fazendo uma articulação entre o conhecimento científico e as experiências vividas.

Uma das primeiras atividades foi a construção coletiva de uma nuvem de palavras que representam os aspectos metodológicos na pesquisa social em comunidades tradicionais. A primeira atividade foi intitulada de: “*Abordagens metodológicas para a execução de pesquisas em comunidades quilombolas*”. A segunda atividade desenvolvida no dia posterior, foi referente a execução e elaboração dos mapas mentais (Figura 03).

Figura 3 - Atividades do Seminário: Nuvem de Palavras e Confecção de Mapas Mentais (Desenhos)



Fonte: Acervo do Projeto Universal, 2024.

Cada participante recebeu uma folha em branco e diversos materiais para a criação do seu elemento cartográfico, como: lápis de cor, giz de cera, pincéis, canetas esferográficas e papéis. Diante disso, estes elementos tornaram-se importantes para a representação da cartografia de cada participante, que imputou no resgate da memória dos sujeitos representadas nos desenhos.

Nesta etapa foi constituída a produção de mapas mentais em que representam a afetividade e espaços de vivências que caracterizam algum laço de afeto. Através do grafismo e das cores utilizadas, cada participante pôde resgatar memórias e reviver momentos da sua história de vida, assim, transformando o ato de mapear em um processo de recordação e reconhecimento identitário.

Posteriormente, foi realizada uma análise individual e coletiva dos materiais cartográficos produzidos, em que os participantes circularam pela sala observando, analisando e dialogando sobre os mapas mentais (Figura 04). Nesse momento de trocas de conhecimentos, surgiram discussões que deram relevância às múltiplas territorialidades que atravessaram a história de vida de cada participante, no qual foi ressaltado elementos através dos simbolismos que revelavam a ligação de cada sujeito com seu lugar, assim, foi perceptível a ligação entre o vivido e o imaginado conforme citado por Kozel (2018), sobretudo revelando como estes espaços de vivências retratados nos mapas mentais atravessam os espaços de memória.

Figura 4 - Discussão e apresentação coletiva dos Mapas Mentais



Fonte: Acervo do Projeto Universal, 2024.

Por fim, cada participante apresentou seu mapa mental, descrevendo suas relações simbólicas através das singularidades e das rugosidades entendidas como marcas do espaço-tempo, que foram resgatadas na memória e que configuram o espaço vivido. Nesse momento ocorre a reprodução e discurso das memórias individuais e coletivas, concebendo um diálogo

em que a identidade é relatada e expressada em conjunto com todos, fazendo com que as experiências e lembranças de cada participante, crie um significado de lugar e das multiterritorialidades. Conforme Halbwachs (1990, p. 48), essa relação coletiva pode ser observada como um espaço em que a memória é reconstruída, ou seja, “é nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado”.

O relato da memória dos mapas mentais por cada participante, representou o reencontro do passado e, conseqüentemente, a construção das distintas identidades dos indivíduos com seu lugar, pois cada aspecto, cada detalhe dos lugares em si, têm um sentido inteligível apenas para os membros do grupo, porque todos os espaços em que ocuparam, correspondem a vida de sua sociedade (Halbwachs, 1990, p. 92).

Dessa forma, os lugares surgiram nos mapas mentais como um elemento de seus sentimentos de pertencimento, ao revelar um espaço em que viveu por meio de um recorte dos símbolos que lhe são importantes manifestar. Como por exemplo a Figura 05, em que mostramos o amor com o lugar de origem dos participantes, seja na lembrança no roçado com o pai, dando significado ao lugar do campo, como também o encontro dos rios em Santarém no Pará, que retoma recordações da paisagem natural e social presentes na pertença desse espaço.

Sendo assim, o lugar, como refletido por Serpa (2023, p. 65), é apresentado nesses desenhos como as representações do amor e do compromisso, que sobrevive e é vivido, ocasionando a partir desses significados, a afirmação das identidades de cada participante.

Figura 5 - Mapas Mentais produzidos na Oficina retratando um Roçado e Lugares em Santarém - PA



Fonte: Acervo do Projeto Universal, 2024.



Já os desenhos da Figura 06, além de destacarem os significados dos lugares, aprofundam ainda mais os elementos da territorialidade dos indivíduos, bem como as representações críticas, de resistências e conflitos no território.

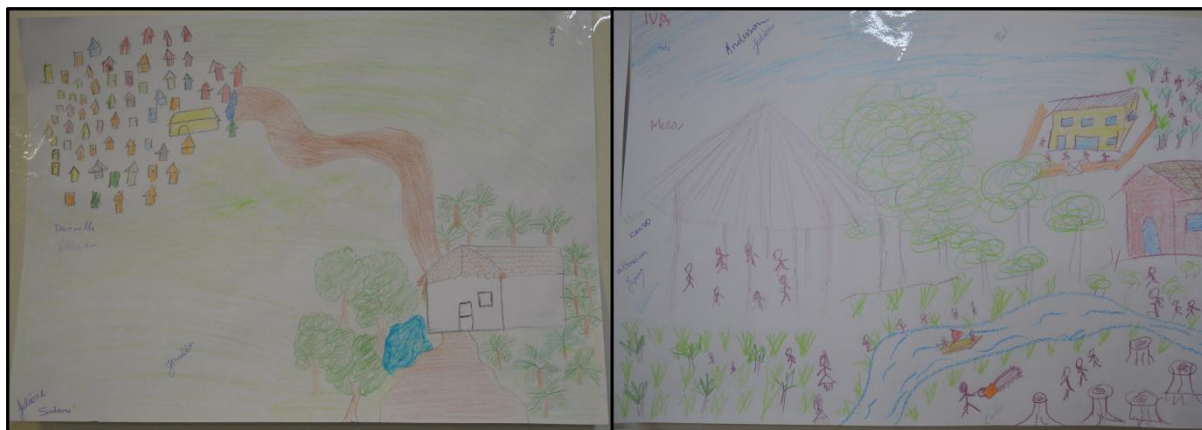
O primeiro buscou denotar representações do cotidiano territorial, mostrando o caminho, a paisagem da comunidade, da cidade e as trajetórias de vida entre ir para o espaço urbano e o vivido territorial da comunidade. Dessa forma, a identidade se insere nessa representação como recurso da dimensão territorial e das territorialidades, indo de encontro na resistência, concretização do sentimento firmado pela memória e na reafirmação da identidade de um lugar. Isso resiste ao que Bauman (2021, p 24) denomina de identidades em movimento, do mundo líquido moderno, aquelas que são construídas sem um significado territorial, sentimental, da memória e que são, em muitos casos, temporárias.

Saquet (2024, p. 160) ainda nos permite reforçar que a identidade é um código genético local, material e cognitivo, constituído no que podemos observar nos mapas mentais, como o patrimônio territorial individual e coletivo, de cada lugar, cultura e política, ou seja, um produto social da territorialização, dos atos territorializantes.

No segundo mapa mental da Figura 06, isso está ainda mais evidente, pois além de denotar a identidade, os patrimônios territoriais e de uso dos grupos para a reprodução da vida, as nuances das relações de poder também estão presentes, a exemplo do desmatamento representado no desenho e os elementos identitários do lugar. Nesse olhar, observamos o território fluido e rígido, em que Marques (2020, p. 77-78) enfatiza a presença das relações de poder e da reprodução da vida social de povos tradicionais.

Embora o conceito de território comporte certa fluidez no sentido de compreensão de que o território é constituído por relações de poder, o que demanda disputa, portanto um território fluido. No estudo dos povos tradicionais, o território comporta rigidez em alguns aspectos, por se tratar de uma porção territorial específica, que garante a reprodução da vida social. (Marques, 2020, p. 77-78).

Figura 6 - Mapas Mentais produzidos na Oficina retratando Territórios de Identidade e Resistências



Fonte: Acervo do Projeto Universal, 2024.

Logo, é nesses elementos expostos nos Mapas Mentais, que abre possibilidades para a construção da Cartografia Social, pois as representações das dimensões simbólicas, dos lugares e dos territórios, reforçam a qualidade política e social presente na produção de uma cartografia que articula luta social de comunidades tradicionais e na valorização das identidades e memórias dos espaços vividos. É nesse processo que os sujeitos desenvolvem a sua autoafirmação:

As relações de poder que se desenvolvem no interior e no exterior das relações sociais estabelecidas pelos grupos “cartografantes” definem as bases de um processo dialético de produção da cartografia social, em que o autorreconhecimento e a autoafirmação dos grupos através de seus mapas passa necessariamente pelo reconhecimento do outro. É a partir desse processo dialético que identidades coletivas são construídas e/ou fortalecidas dentro de um movimento de ação político-jurídico, onde o ato de se autocartografar torna-se uma maneira dos grupos sociais afirmarem sua presença no território [...] (Acselrad e Viégas, 2013, p. 31).

Ocorre também que os Mapas Mentais abriu espaço para um debate crítico interdisciplinar no âmbito da Geografia, através da abordagem cultural, da Antropologia, Sociologia e Filosofia, discutindo conceitos como território, lugar, paisagem, memória e identidade. Desse modo, através dos debates foi entendido que o território e o lugar se configuram através das práticas socioculturais, onde os vínculos afetivos e identitários se materializam e em consonância com a memória, houve uma ligação entre o passado e o presente, resgatando experiências socioespaciais e a identidade territorial como elemento de expressão cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A oficina mostrou-se como um momento de afirmação da Cartografia Social e como ferramenta metodológica importante para as pesquisas sociais, sobretudo, no reconhecimento e valorização das experiências socioespaciais que se materializam nos territórios, em especial, aqueles marcados por processos de lutas e resistências, como os territórios tradicionalmente ocupados.

Entendemos que o uso dos Mapas Mentais, a partir dos desenhos que representam e dialogam com as categorias geográficas, é uma das grandes possibilidades de construir uma Cartografia Social, uma Cartografia Crítica, dos povos tradicionais, ou melhor, uma Cartografia que busque não somente demarcar linhas e fronteiras, mas que enxerguem as pessoas, seus lugares de vida, seus sentimentos, seus conflitos, seus silenciamentos e sua identidade com o território que reproduz a vida.

Nesse contexto, e para não finalizar – pensando aqui em próximas reflexões - destacamos que enquanto grupo de pesquisa, a cartografia social vêm sendo constituída por outras formas de enxergar o outro e sua trajetória territorial. A exemplo das cartografias do corpo, da cartografia das gerações, a cartografia étnica, a cartográfica da agroecologia e entre tantas outras possibilidades que contribuem para aprender sobre os saberes tradicionais e de resistência dos povos tradicionais. Nesse sentido, a Geografia têm um enorme papel na idealização dessas cartografias.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñes. **Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano**. In: ACSELRAD, Henri et al. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 15-40.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **O geógrafo fenomenólogo: Sua oralidade e escrita no/do mundo**. Revista Geograficidade. Vol. 10, N° Especial, Outono 2020.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Observar e Entender o Lugar Rural: Trilhas Metodológicas**. In: VARGAS, Maria Augusta Mundim; SANTOS, Daniele Luciano (org.). Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa. Aracaju - SE: Criação Editora, 2018. cap. 2, p. 45-70.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CLAVAL, Paul. **Cartografar o Espaço Cultural**. In: REGO, Nelson; KOZEL, Salete. Narrativas, Geografias e Cartografias: para viver, é preciso espaço e tempo. 1. ed. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2020. cap. 12, p. 329-340.



CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. rev. Porto Alegre: Penso, 2014. 341 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo - SP: Revista dos Tribunais Ltda., 1990. 133 p.

KOZEL, Salete (org.). **Mapas Mentais: Dialogismo e Representações**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2018.

KOZEL, Salete. **Um Panorama sobre as Geografias Marginais no Brasil**. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz *et al*, (org.). **Maneiras de Ler Geografia e Cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. cap. 1, p. 12-27.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Cartografia Social e Identidades Territoriais Indígenas e Quilombolas na Paraíba**. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; FREDRICH, Maria Salomé Lopes. **A Geografia dos Povos Tradicionais**. João Pessoa: UFPB, 2020. v. 2, p. 51-83.

PAULILO, M. A S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serviço Social em Revista. Londrina, vol. 2, nº 2, pág. 135-148, jul/dez. 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S.A, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 6. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.

SERPA, Ângelo. **Por uma Geografia dos Espaços Vividos: Geografia e Fenomenologia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.